



Brasília, uma biografia comunista

Autores:

Giovanna Teixeira Freire - Universidade São Judas Tadeu - gyovannafreire.arq@gmail.com

Ana Paula Koury - Universidade São Judas Tadeu - apkoury@gmail.com

Resumo:

O projeto se dá com a análise do memorial da proposta de plano para Brasília em 1956, com autoria dos arquitetos Vilanova Artigas, Carlos Cascaldi e Paulo de Camargo e Almeida e o professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, Mário Wagner Vieira da Cunha. O memorial refere-se a um projeto colocado em 5º lugar no concurso de Brasília e temos o propósito de fazer uma análise específica considerando principalmente a ausência de aprofundamento nos projetos não executados. Os pontos principais deste plano são zoneamento rural, educação e saúde pública e estes, são detalhadamente abordados para compreender de fato a visão integrada entre cidade e região, ou seja, a relação entre sistema de governo e políticas públicas presentes neste memorial. A fim de contribuir com os aprofundamentos sobre a ideologia política de Artigas, trazemos o questionamento do que há de comunista nessa possível Brasília.

BRASÍLIA

uma biografia comunista

CONCEPÇÃO DE UM NOVO POLO ADMINISTRATIVO

A concepção da construção de uma nova capital administrativa para o Brasil surge muito antes de se tornar uma ambição nacionalista do então Presidente da República Juscelino Kubitschek. Apesar de partir de uma ideia dos Inconfidentes em 1798, a construção da Nova Capital só tem seu primeiro passo dado em 1891, com o primeiro Presidente da República Floriano Peixoto, que tratava a ideia da Nova Capital, de certa forma, como uma necessidade impreterível. Essa preocupação de estimular uma ampliação e um desenvolvimento nacional define a região do Planalto Central como ideal para local a Nova Capital Federal e assim, em 1891, a primeira Constituição Federal determina: "Fica pertencendo a União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal." Anos depois, em 1946¹, uma comissão chefiada pelo General Polli Coelho é enviada para a mesma região e, com relatórios já realizados de estudo de região em mãos, determinam que a delimitação do Retângulo deveria ser ampliada para 77.000km².

"Em 1953 o governo de Getúlio Vargas autorizou novos estudos através da CLNCF [...], a partir da qual foram elaborados novos levantamentos. Nesse período, um novo perímetro para o Distrito Federal é definido, diminuindo a extensão de 77.000km² do Perímetro Polli Coelho. O Perímetro do Congresso é, então, estabelecido com 52.000km², sobre o qual a nova Comissão manteve estudos." (TAVARES, 2001)

Dentre inúmeras Comissões criadas para dar continuidade aos levantamentos, sempre se concluiu que a região era sim apropriada para a construção da Nova Capital, apesar de pequenos déficits encontrados na água do sítio escolhido (no Relatório Anual da Localização de 1955, sugere-se soluções para tal problema). Em 1955, um novo relatório, agora realizado pela empresa americana Donald Belcher & Associates, define cinco possíveis locais dentro dessa mesma área para a localização da Nova Capital. Dessa forma, escolheram uma área que "apresentava condições de clima temperado, terreno contínuo, boa drenagem e potencial para formação de lagos" (EL-DAHDAH. 2010.). Além disso, concluiu-se que a escolha da região se constituiu principalmente por qualidades no solo (era rico e fértil) e a proximidade dos rios Preto e Descoberto. A região escolhida, por sua vez, está localizada em um extenso planalto rodeado por vales do Rio Torto e do córrego dos Banais e pelo Ribeirão do Gama e Riacho Fundo. Além disso, localizado mais ao centro do sítio escolhido, encontrou-se uma ótima configuração topográfica com 1000km², onde o terreno possui uma

¹ Nota-se que a ideia da construção de uma Nova Capital é retomada durante o mandato do Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, estendendo seus estudos até ser, de fato, concebida no mandato de Juscelino Kubitschek, sob motivação do desenvolvimento industrial do país.

declividade mais suave, facilitando assim o abastecimento de água e os serviços de esgoto através de escoamento de águas pluviais. Além de questões de saneamento e abastecimento, a região ainda fornece grandes adequações para a instalação de usinas hidroelétricas, principalmente com baixo custo, podendo atender às necessidades dos primeiros anos da Nova Capital.

De acordo com Tavares (2001), ainda em 1955, a Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal propõe a vinda de um estrangeiro como coordenador do projeto, assim, Le Corbusier demonstra um interesse e propõe a realização de um plano piloto para a Nova Capital, mas que é recusado por Juscelino Kubitschek² que sugere valorizar a “[...] fama dos profissionais nacionais.” (TAVARES, 2001. p. 87). Já em 1956 surge a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil com o objetivo de planejar e construir, de fato, a nova capital. JK então decide atribuir o cargo de Diretor a Oscar Niemeyer com o objetivo de que ele mesmo projetasse toda a cidade. Niemeyer aceita, mas “recusou-se a elaborar ele mesmo o plano piloto da nova metrópole.” (BRUAND, 1991. p. 183), propondo um concurso nacional com a organização do IAB³ e assumindo o compromisso de projetar os edifícios parlamentares da Nova Capital.

Dadas as circunstâncias projetuais, o concurso teve um total de 62 inscritos, todos profissionais da área da arquitetura e planejamento urbano, que conseqüentemente estavam relacionados diretamente às mais variadas vertentes modernistas. Os projetos finalistas levavam em consideração a ideia de ‘Cidade Ideal’, por isso, os planos propostos assemelham-se à “cidade nova, planejada para representar o momento da experimentação, da possibilidade de novas soluções retomando os conhecimentos passados e os confluindo a respostas aos novos anseios.” TAVARES (2004; pág 24.)

A proposta escolhida pelo júri foi o plano de Lúcio Costa, entretanto com o objetivo de aprofundar os estudos em relação às propostas do concurso para o Plano Piloto de Brasília, damos enfoque à uma análise detalhada em uma das propostas, menos estudada, principalmente por ser a última colocada entre os finalistas. Com isso, será claramente perceptível as distinções entre o projeto vencedor, assim, fazendo análises políticas, sociais e econômicas. A proposta foi classificada em 5º lugar e a equipe era composta pelos arquitetos João Batista Vilanova Artigas, Carlos Cascaldi e Paulo de Camargo e Almeida e o professor de ciências sociais da USP Mário Wagner Vieira da Cunha. A proposta aponta questões chave como zoneamento rural, educação e saúde pública. A equipe posiciona seu plano contra os conhecidos modelos que agregam centros onde a ausência de planejamento e setorização que geram a desorganização espacial são predominantes.

ESTUDO DE MEMORIAL: PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Essa etapa pode ser considerada como um estudo complementar da região para ressaltar o planejamento do projeto em questão, que em análise feita pela própria equipe do projeto, agregou informações específicas e atualizam os estudos feitos pelas antigas Comissões antes da publicação do edital do concurso. Constatou-se então que o clima

²Recém eleito como Presidente da República.

³ Instituto dos Arquitetos do Brasil.

permanecia com as características tropicais já existentes, assim, devido a sua altitude, o retângulo formava uma região onde, de acordo com a própria equipe, as condições térmicas são bastante amenas. Os índices de chuva oscilam anualmente entre 1600 e 1800 mm, ou seja, as chuvas caem entre outubro e março e os meses junho, julho e agosto são os mais secos na região. A vegetação encontrada por estudiosos da Missão Cruls já não era mais a mesma analisada pela equipe do concurso, pois após intervenções humanas os cerrados e campos limpos (estes tão frágeis que mal sustentam a vegetação do cerrado) formaram manchas de devastações após técnicas agrícolas malsucedidas e queimadas. Apesar de sua altitude, o retângulo não forma regiões de montanhas, mas sim, extensos campos planos. Em relação ao solo, com base no último relatório da Comissão de Localização da Nova Capital e em experiências autorais da própria equipe em questão, constatou-se que o solo poderia não ser apto a receber as técnicas agrícolas mais utilizadas em outras regiões do país, não somente pela infertilidade de solo, mas também pelas condições de relevo e aproveitamento das águas nas regiões rurais. Com isso, somente uma agricultura intensiva com altos custos seria facilmente comportada em uma região com esse tipo de circunstâncias. Essa informação é algo essencial para futuros pontos a serem estudados nesse projeto (planejamento rural). Desde já, é importante ressaltar que a densidade populacional rural do interior do país em 1940 equivale de 1 a 2,5 hab/km², algo que é extremamente baixo porém compreensível ao considerar as condições do solo da região.

A baixa densidade populacional em comparação aos grandes chapados do Planalto Central contribuiu para acontecimentos e formação de características da região como a ausência de “oportunidades educacionais”, já que nem todos os núcleos formados na região são realmente funcionais como grandes centros urbanos. Assim destaca-se Formosa por trazer consigo relevantes elementos socioeconômicos, políticos e culturais. Impossível compará-la com núcleos de desenvolvimento reduzido como Lusiana, Brasilândia e Planaltina que, até então, eram caracterizadas por um povoado genuíno. Dentre as características resultantes, é citada a vida comercial com baixo movimento, consequente da baixa densidade, considerando que o único valor comercial existente é de fato o gado.

Considerou-se que a região de Formosa seria apropriada para pastos nas criações de gados preferencialmente de corte. A preservação de terras já existentes contribuiria para que ao longo do tempo houvesse melhorias nas condições das criações, estimulando assim uma formação da região em uma grande indústria de carnes. Com isso, é fato que com o rápido desenvolvimento pastoril evita a forte emigração das regiões do entorno para a Nova Capital. Além disso, esperava-se que cidades como Planaltina e Brasilândia ao longo do tempo tornassem-se grandes núcleos agrícolas e contribuiriam para o desenvolvimento econômico de todo o retângulo. É perceptível que desde o início do planejamento, levou-se em consideração todas as características de vegetação e solo, já que uma das principais abordagens deste plano era justamente o zoneamento rural. Determinou-se que a área mais apropriada para o setor agrícola extensivo seria então a situada ao Sul da região, com boas condições de drenagem do rio São Bartolomeu e por se tratar de uma área mais úmida com maior índice de manchas verdes e vales que colaboram para a apropriação hortícola.

Os pontos mais elevados da região foram definidos como áreas de reflorestamento, utilizados como proteção dos mananciais que alimentavam os rios do retângulo. As regiões de mata são áreas preservadas e ocupam o solo mais apropriado para o cultivo agrícola.

Levou-se em consideração tal fato, entretanto, para que houvesse planejamento da situação agrícola, era necessário compreender a necessidade de estabelecer condições que permitiriam a utilização dessas regiões sem que as consequências do desmatamento tomassem rumos anormais e descontrolados. O que garante a preservação das reservas florestais e a prática de uma agricultura multiva é justamente a fixação do homem através da agricultura intensiva, já apresentada anteriormente. Ressalta-se que o cultivo e a criação extensiva não alteram os índices demográficos e com isso, até a realização do projeto, o equilíbrio ecológico não havia sido importunado. Mas a partir de sua concretização correria riscos com o aumento da população. Concluiu-se então que o aumento da população rural poderia ser influente e negativa caso não houvesse um acompanhamento apropriado do poder público.

A proposta de melhoria nas técnicas de cultivo e criação contribuiriam fortemente para todo o desenvolvimento econômico do retângulo. Entretanto, haveriam consequências as quais devem ser de cunho jurídico e social, além dos lavradores que ali deveriam se acomodar. É nesse ponto que se estuda as características do camponês brasileiro, este que embora não tão hermético às questões tecnológicas (em relação à agricultura da época estudada) resiste às mudanças, mas é totalmente dependente da segurança que já lhe é garantida. Com tais respostas, concluíram que o desenvolvimento agrícola só seria de fato funcional se houvessem organismos e sistemas que contribuíssem para as questões científicas e financeiras. Assim, as mudanças não só atingiriam às técnicas agrícolas, mas em geral, até chegarem aos sistemas públicos e econômicos.

Geralmente as características de um país tropical apresentam ótimas condições de adaptação para outros povos e é o caso da região estudada. As temperaturas raramente ultrapassam os 36°C, o que é extremamente considerável para a habitabilidade. O fato é que apesar disso, é importante ressaltar que as consequências de tais características, como por exemplo as condições climáticas semelhantes em todo o ano e a forte insolação que pode influenciar nas edificações em geral e até mesmo no uso da terra.

Considerando todos os estudos levantados anteriormente e as necessidades estipuladas, planeja-se um sistema entre a produção rural e a chegada ao consumidor (a Nova Capital, Brasília). Esse sistema partirá do Centro Geral de Abastecimentos, o qual agregará toda a produção da área. Através disso, a equipe planejou o zoneamento agrícola em três formas: Zona Agrícola Intensiva (ZAI), Zona Agrícola Extensiva (ZAE) e a Zona Agrícola Extensiva e Pastoril (ZAEP). O método utilizado para as subdivisões foi pensado para evitar a rarefação demográfica, evitando assim adversidades no sistema educacional e sanitário.

ZAI – Abrange aproximadamente 37.500 ha, ao sul e seria subdividida em 1.150 propriedades voltadas ao cultivo e criação de hortaliças e flores, aves e ovos, batatas, cebolas e frutas, suínos e gado leiteiro.

ZAE – Localizado próximo ao rio São Bartolomeu, seria subdividida em sítios de 100 e 200 ha voltados ao cultivo de arroz, feijão, milho e mandioca, além da criação de aves, suínos e gado leiteiro. Total de 90.000 ha.

ZAEP – Localizado na região de Brasilândia, seria subdividida em 300 fazendas mistas de produção agropastoril de 500 ha. 100 ha de cada seriam destinados a agricultura extensiva e os outros 400 ha aos criadores de gado de corte.

Em questões de convívio social, a equipe planejou e previu Centros Sociais que atenderiam às demandas de ensino, lazer, recreação, assistência social, comercial e higiênica, mas que serão novamente abordadas em outros tópicos deste estudo.

ESTUDO DE MEMORIAL: PLANEJAMENTO URBANO

Projetar uma capital com uma “cidade administrativa de tamanho mínimo necessário” (ARTIGAS, CASCALDI, CUNHA E ALMEIDA. 1956; pág.25) era algo que se deve à necessidade de organizar todo um país, tal como um grande centro político. No entanto, surge certa complexidade até então não explorada, principalmente pela relação entre os limites projetados para esse tipo de centro e projetados para os centros comerciais e industriais trabalhados no tópico anterior. É desse momento que parte a conclusão de que os grandes centros políticos não devem ser necessariamente, similares a todo o resto do país, mas sim, devem ser influenciados pelo território estabelecido para abrigar uma capital. Fala-se sobre artificialismo, como parte dessas influências e leva-se em consideração que, de fato, é necessário que haja condicionamento e estruturação em relação a outros centros já existentes. Em comparação a outros países, a organização da capital organiza todo o restante do território a partir de “rede de comunicações e mobilidade da população” (ARTIGAS, CASCALDI, CUNHA E ALMEIDA. 1956; pág.26), afinal, a reorganização de um país surge a partir de um equilíbrio entre todos os centros urbanos existentes e, de certa forma, cria resistências às mudanças e compreende melhor a necessidade de atinar-se, considerando também todas as mudanças consequentes do desenvolvimento da ocupação humana. Utiliza-se como referência, a até então capital, Rio de Janeiro. Esta, com grandes centros comerciais, industriais, turísticos e culturais, tem-se também como capital política, partindo da relação com as fronteiras do país (característica dada pelos autores como principal de uma capital federal). O tipo de equilíbrio existente na capital Rio de Janeiro é completamente inverso ao equilíbrio proposto para Brasília, afinal, o desenvolvimento de ambas, seja territorialmente, seja politicamente, são claramente distintos. Propõe-se então que a comunicação realizada não seja mais enfraquecida como antes, atingindo o interior antes mesmo das capitais, assim estabelecendo relações políticas sem que haja necessariamente uma análise antecedente da própria Capital. Além dessa proposta política, e partindo da localização da Nova Capital, as comunicações não serão mais marítimas (como no Rio de Janeiro) e sim, valorizando e adequando as vias terrestres e como consequência, a importância socioeconômica da população adjacente.

Retomando a ideia da caracterização de Brasília como cidade de tamanho mínimo, sua homogeneidade agrega menores gastos e maior agilidade em relação à construção e estruturação, assim, expandindo-a para novas funções, mantém-se o clima apropriado para uma cidade totalmente dedicada ao poder político nacional. O funcionalismo público é bastante citado neste tópico, pois com o planejamento correto e o tão estimado *tamanho mínimo* pode-se evitar adversidades como a aglomeração urbana, ou seja, questões políticas estão diretamente interligadas às questões urbanísticas, pois os termos utilizados para

justificar escolhas do planejamento urbano, podem também influenciar em características mais óbvias e básicas de uma cidade administrativa, além de agregar valores e proveitos às questões econômicas.

Além de toda a discussão sobre desenvolvimento político associado ao desenvolvimento urbano, para justificar o tamanho mínimo proposto, a equipe utiliza-se do questionamento das relações entre todo o restante do país. Seria necessário um desenvolvimento livre da cidade para que ocorresse um desenvolvimento amplo e para isso, a ideia de manter certo parâmetro com outras regiões do país era totalmente solicitada e também para evitar que Brasília se tornasse o que foi a, até então, capital federal Rio de Janeiro prejudicando assim o sistema político com o rápido desenvolvimento demográfico e urbano. Estimou-se então aproximadamente 550.000 habitantes, mantendo a relação entre a Nova Capital e regiões dos arredores para constituir um centro de produção econômica até mesmo durante a sua construção (utilizando mão de obra e produção in loco). A preocupação em retomar influências a um alto crescimento demográfico em uma Capital Federal era claro, no próprio relatório de projeto a equipe deixa clara a necessidade de controlar o desenvolvimento para manter as características administrativas da cidade. A proposta então é distribuir a população ativa em três setores, inicialmente focando na população nuclear integrada pelos servidores federais; logo após destacando a população ativa de população colateral, essa formada por pessoas que residem na cidade para manter relações governamentais ou de negócios; por último a chamada população derivada, que se constitui por pessoas responsáveis em oferecer comércios e serviços ao restante da população. Para manter a população nuclear, fez-se necessária a criação de serviços urbanos para suprir às demandas e quem cumpre tais funções são as pessoas consideradas população derivada. As atividades exercidas por tal população envolvem transporte, lazer, comércios e serviços em geral e é julgado (pelos próprios autores) impossível parametrizar cada atividade exercida por cada pessoa, justifica-se a partir da realidade econômico-cultural. A variedade de culturas presentes preserva a extensa complexidade das atividades urbanas (e também seus valores) em relação aos seus espaços, cada cidade possui sua própria característica de atividades. A partir de estudos estabelecidos entre diferentes significados culturais, em diferentes cidades e elementos históricos de cidades com uma situação semelhante à caracterização estipulada para Brasília, a equipe prevê a população derivada e a população colateral de acordo com um estudo feito (com propostas de melhorias e certas desconsiderações) no Rio de Janeiro. Considerando a população nuclear prevista com 130.000 servidores federais, estipula-se que Brasília possa abrigar às outras tipologias de população desde que seja proporcional a este número de população nuclear. A justificativa para o estudo do Rio de Janeiro é justamente a transferência de seus servidores para a Nova Capital e assim, não deverá haver tantas mudanças drásticas. Para que a nova população tenha boas condições de adaptação, deve haver melhores qualidades e reduções de valores, ou seja, mais conforto em todas as atividades exercidas por preços adequados para toda a população. Esse método é considerável sim, estimando as melhorias e grandes desenvolvimentos da própria capital. Para que a população nuclear possa de fato aproveitar todas as atividades disponibilizadas, seria necessário, a princípio, manter o mesmo número de pessoas ativas para garantir uma boa qualidade de produção. Em conclusão sobre as populações e após extensos levantamentos sobre os aspectos, Brasília com 550.000 habitantes (em 1978) possuiria plena capacidade e condições para abrigar o número de

servidores federais estipulados e também todas as atividades necessárias para suprir suas demandas.

Chegamos a um tópico importante, com possíveis críticas ao Plano Piloto elaborado por Lúcio Costa: a população construtora. Considerada pela equipe como parte da definida população derivada, conforme a construção de Brasília, seria claramente reduzida de acordo com o desenvolvimento das obras, até sua remoção total ou adaptação a outras atividades (seja dentro da zona rural ou urbana). Contrasta-se com as outras tipologias de população principalmente pela sua oposição em relação ao desenvolvimento decrescente ao invés de crescente. Caso houvessem adaptações no meio do planejamento e ao final da construção fosse, de fato, necessário a inserção da população construtora no meio já planejado, deveria ser possível adensar pouco além dos 550.000 habitantes estipulados. Para evitar as incertezas do destino da população, acredita-se que a melhor solução para esse caso seja, de fato, a readaptação para novas atividades, apesar de a absorção populacional ser de 30.000 operários e assim, apenas 5.000 permaneceriam de fato exercendo suas atividades construtoras para manter edifícios e realizar manutenções na própria Capital, os outros 25.000 seriam os readaptados. Considerando os 30.000 operários e suas famílias que, em média, são formadas por 5 pessoas, ou seja, um acréscimo de 10% como evasão, assim somando 75.000 pessoas. Mesmo reduzindo essa população, suas adaptações habitacionais não seriam as melhores, pelo contrário, seriam as primeiras a serem resolvidas durante a construção de Brasília (descartando possibilidades de alojamentos temporários, que não dispõem de nenhum tipo de atividades como transporte, lazer, saúde, ensino, entre outros), exige-se então que haja realmente uma única parte da cidade para abrigar definitivamente essa população (reforçando que com a construção dos alojamentos definitivos, haveriam também outras condições adequadas para a vivência das famílias). Propuseram então que a área residencial da zona industrial abrigaria 42.000 pessoas, impondo um limite que ficará definitivamente em Brasília (considerando também seus níveis de produtividade) e localizadas em uma área de fácil deslocamento para as outras áreas com outras funções além da operária (considerando o futuro após a construção). Não se descarta a possibilidade de um risco à toda a formação da cidade, pois o não planejamento das habitações implicariam também no desenvolvimento de todo o restante da cidade, contribuindo também para o surgimento de favelas e outras habitações irregulares, além de grandes problemas com as questões públicas básicas (saúde, educação, segurança).

Considerando os dados de Plano Urbano estipulados para Brasília, pode-se então dar por definido o espaço urbano, de fato, onde encontra-se elementos definitivos e delimitados, as chamadas *Zonas*. As zonas são áreas delimitadas e caracterizadas por um núcleo inicial de atividades em expansão, com áreas totalmente relacionadas entre si, estas caracterizadas pelo estilo de vida a ser desenvolvido. Dessa forma, as zonas se unem às outras já existentes, como um apoio à população que ali residem. Ou seja, algumas zonas naturalmente estão bem resolvidas, melhorando o convívio e contato pessoal, resultado de sua plena configuração, enquanto outras zonas necessitam de uma grande movimentação para lidarem com os problemas e atividades. No caso das unidades de vizinhança, acontece um melhor desenvolvimento coletivo e pequenos serviços, atividades mais simples como um teatro infantil, mantendo assim um controle comunitário e o clima mais íntimo. Por outro lado, os grandes serviços só se resolvem de fato em um amplo espaço urbano com contatos mais formais. Dessa forma, caracteriza-se dois gêneros vitais da cidade: “a grande sociedade

e as pequenas comunidades que a integram” (ARTIGAS, CASCALDI, CUNHA E ALMEIDA. 1956; pág.45). Contudo, previram-se zonas para uma vida comunitária da cidade divididas em:

ZR 1 – zona residencial com unidades de vizinhança isoladas e individuais, para 12.000 habitantes;

ZR 2 – zona residencial com unidades de vizinhança com 29.000 habitantes, de apartamentos, com gabarito alto e com o máximo de dez andares;

ZR 3– zona residencial, com unidades de vizinhança de 14.000 habitantes, de apartamentos, com gabarito alto, destinada, particularmente, às classes sociais de menores recursos;

ZM –zona militar, além das instalações especializadas, incluirá unidades de residência para o pessoal militar de níveis mais baixos da hierarquia militar e respectivas famílias.

Zonas previstas em função da cidade toda:

ZA –Zona administrativa de governo ou Centro Cívico da Cidade, em que se situam os prédios necessários ao trabalho do Governo Federal e local, bem como existem acomodações para as manifestações cívicas da cidade;

ZC 1 – zona comercial de prestação de serviços cujos edifícios de escritórios terão gabarito alto e edifícios para lojas com gabarito de três pavimentos;

ZC 3 – zona destinada ao armazenamento de mercadorias e ao comércio atacadista, inclusive combustível líquidos, cereais, frigoríficos, grandes garagens e depósitos;

ZI –zona de indústrias de transformação, necessárias precipuamente, ao abastecimento da cidade;

ZV 1 – zona verde do grande Parque Nacional, às margens da represa, com instalações para competições esportivas, universidade e etc.;

ZV 2 – zona verde do grande Parque Nacional, às margens da represa, com instalações especializadas para a recreação de fim de semana;

ZV 3 – zona verde, de prolongamento do Parque Nacional, envolvendo o núcleo urbano, pelo norte e sul, e estando limitada, pelas grandes perimetrais que ligam Brasília ao resto da Nação. É também uma zona

destinada a aeroportos, cemitérios, grandes hospitais e presídios, servindo a toda a cidade.” (ARTIGAS, CASCALDI, ALMEIDA. 1956; pág.45-46)

A distribuição populacional, dada no tópico de Educação deste memorial, prevê onde determinados grupos populacionais iriam residir, também levando em consideração a população com condições mais precárias. Dessa forma, concluiu-se que por partir de uma ideia de cidade administrativa, sua maior população, no entanto, será uma extensa classe média (funcionários), com condições de vida, de fato, satisfatória para toda sua população.

Para finalizar este tópico, é de suma importância trazer este parágrafo dedicado apenas ao elemento Centro Cívico do projeto, que só é de fato apresentado no capítulo Governo Nacional, mas que nesta análise faz-se necessário ser abordado dentro de planejamento urbano para que haja coerência com os outros elementos já analisados. Considerando esse elemento como um Centro Cívico Nacional e não apenas de Brasília, deveria abrigar funções do governo nacional além de oferecer as condições necessárias para os governos estaduais, para que consigam manter suas sedes administrativas dentro da capital brasileira. Dessa forma o Centro Cívico abrigaria edifícios do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, além de um quarto disposto aos escritórios administrativos dos Estados. É neste ponto que entra a questão da monumentalidade, mantendo o caráter cultural e político da nova Capital, utilizando dos meios urbanísticos, arquitetônicos e esculturais relacionados a toda a ideia de uma cidade planejada e considerando ainda o caráter nacionalista do governo federal. É importante destacar a preocupação da equipe com os aspectos culturais da população brasileira, dessa forma, mantém o traço histórico apresentado na Missão Cruls, onde determinou-se a localização, tamanho e traçado inicial das vias internas deste Centro Cívico. Estes elementos já estipulados anos luz da proposta, foram considerados para a proposta de “aspectos dinâmicos do Centro Cívico.” (ARTIGAS, CASCALDI, CUNHA E ALMEIDA; p. 87). Com isso, a região teria de oferecer condições metódicas de trabalho e arredar as atividades não compatíveis à vida cotidiana da sede do Governo Federal. Atividades como bibliotecas e restaurantes que façam parte do programa do Centro Cívico foram pensadas para o interior dos edifícios, restringindo-se apenas ao público daquele determinado espaço. Além das atividades cotidianas do Centro Cívico, este também adotaria as futuras grandes comemorações nacionais, isto posto, dá-se o aproveitamento de suas avenidas e instalações (considerando o baixo movimento de regiões próximas ao Centro, nesses dias específicos); a relação com a Zona Militar é destacada neste ponto também, afim de que seja de fácil acesso para as tropas em dias de comemoração. Considerando as vias de tráfego rápido citadas dentro deste mesmo tópico, é de se apontar as passagens entre o Centro Cívico e as Zonas Comerciais, estas ocupadas por escritórios estrangeiros, consulados, agências governamentais, sedes de sindicatos e associações de classe e sociedade e outros órgãos públicos relacionados ao governo. Órgãos como bancos, escritórios comerciais, hotéis e lojas em geral, se restringiriam apenas à área comercial.

ESTUDO DE MEMORIAL: SAÚDE PÚBLICA

Um dos temas mais trabalhados no memorial é a questão de Saúde Pública/Higiene e talvez seja a principal explicação para o fato de que hoje é possível encontrar o memorial descritivo da proposta, disponível apenas para consultas, no acervo de obras raras da

Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, este doado pessoalmente por Artigas em vida. Anos antes da realização do concurso, de acordo com o memorial, uma comissão técnica do Instituto Oswaldo Cruz apresenta resultados de uma inspeção sanitária realizada na área definida para a Nova Capital. Assim, concluíram a presença de doenças como a malária e a doença de Chagas e que, naquela época, eram tão relativamente incidentes que poderiam ser comparadas às doenças presentes em outros lugares, além de citar uma breve análise climática que conclui que a região de fato atende aos requisitos necessários. Dessa forma, a equipe então considera a colaboração do Departamento Nacional de Endemias Rurais para eliminar a malária do local, além também de garantir que a doença de Chagas esteja presente, justamente pela ausência de edifícios feitos de madeira ou pau a pique.

Um ponto considerado positivo para o tão trabalhado tópico de Saúde Pública é a organização presente neste trecho, portanto o memorial prevê diversos possíveis acontecimentos e, com isso, planeja serviços que acatam os seguintes conceitos:

“a) À população de Brasília deve-se oferecer, mediante pagamento ou através de serviços oficiais, meios para a promoção ou manutenção de sua saúde, como preceitua a Carta da Organização Mundial de Saúde;

b) já não é mais possível, máxime nas condições socioeconômicas e sanitárias do Brasil, a separação, nos serviços públicos, de atividades de medicina curativa e medicina preventiva. O planejamento de órgão e de suas respectivas atividades deve ser feito em torno de um único plano local de saúde;

c) para evitar dispersão de esforços, toda a assistência médica oficial, preventiva e curativa, deve ser feita unicamente através dos órgãos de saúde governamentais. O financiamento dessas atividades de saúde poderá ser realizado por meio de contribuições do governo federal, dos institutos paraestatais de previdência e da população beneficiada.

d) deve haver íntima coordenação entre as atividades dos órgãos de assistência médico-hospitalar e dos órgãos de saúde pública, com aproveitamento integral do pessoal, material e serviços existentes.

e) para cada distrito sanitário deve haver uma só unidade sanitária polivalente e dinâmica; polivalente por exercer em determinada área, todas as atividades de saúde pública que possam ser descentralizadas em um órgão local; dinâmica, visto que deve ir a todos os lares através de suas visitadoras.

Subordinados aos centros de saúde haverá sub-centros, os quais exercerão, nas unidades rurais, atividades de medicina curativa e preventiva próprias

desse tipo de órgão. As unidades de vizinhança poderão também ser sede de sub-centros para atender apenas a atividades de proteção à mãe e à criança;

f) a saúde pública deve ser feita não para o povo, mas sim com o povo. A educação sanitária deve propugnar pela participação ativa de todos os indivíduos da comunidade nas atividades, oficiais ou privadas, de medicina curativa e preventiva. Como os centros de saúde e seus sub-centros farão parte de centros sociais, formados, tanto quanto possível, por escolas, parques infantis, hospitais, clubes recreativos para a juventude, etc., as atividades de educação sanitária deverão integrar plano educativo mais amplo chamado educação de base, cuja finalidade última é alcançar melhoria do padrão de vida da comunidade. Na zona rural a educação de base compreenderá também atividades para adestramento da população em pecuária, agricultura, economia doméstica, etc.” MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (ARTIGAS, CASCALDI, CUNHA E ALMEIDA. 1956; pág.52-53)

A criação de órgãos regionais de saúde era essencial para a organização da saúde pública da cidade proposta, portanto, previu-se a criação do Departamento de Saúde com o objetivo de administrar essa questão e também a implantação de um laboratório central, este que realizaria exames complementares não executados nos centros de saúde. O único centro descartado do planejamento foi o laboratório de produção de vacinas, pela proximidade da região com o Distrito Federal, onde localiza-se o Instituto Oswaldo Cruz. Os centros de saúde serão organizados minuciosamente “bem como um sistema de prioridade para implantação ou incentivação de atividades” MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (ARTIGAS, CASCALDI, CUNHA E ALMEIDA. 1956; pág.54), sempre considerando às demandas locais e os principais fatores sociais, geográficos, econômicos, entre outros.

Destaca-se os números e índices populacionais para o atendimento de cada centro de saúde, estes determinados pelos integrantes da equipe, então, estimou-se 100.000 habitantes (tendo como limite máximo 150.000 habitantes). Considerando uma população de 600.000 habitantes, seriam necessários seis centros de saúde (sendo um deles encontrado dentro do Centro de Abastecimento, com o objetivo de administrar os subcentros rurais). Esses centros de saúde atenderiam as especialidades: dermatologia, higiene mental, otorrinolaringologista e oftalmologista. Os núcleos rurais abrigariam subcentros de saúde, estes com especialidades permanentes e com atividades específicas “tais como atendente, visitadora e inspetor sanitário” MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (ARTIGAS, CASCALDI, CUNHA E ALMEIDA. 1956; pág.54), e contaria com uma equipe enviada pelos centros de saúde, com médicos, odontologistas e enfermeiros, de acordo com as demandas locais. Já os subcentros urbanos teriam especialidades mais focadas no público materno e infantil (de 0 a 2 anos). Previu-se trinta e três unidades de subcentros, colocados no centro urbano. Outro tipo de unidade de saúde planejada são os hospitais rurais, estes chamados de hospitais-unidades sanitárias, que exercem todas as atividades com orientação dos subcentros. Previu-se sete dessas unidades para priorizar o atendimento daqueles que estão mais distantes dos centros urbanos.

A necessidade de um Hospital Geral surge com a conclusão de cinco principais características de um hospital, as quais não poderiam ser exercidas pelos centros de saúde:

- “a) Prestação de assistência médico-hospitalar às pessoas portadoras de moléstias, às acidentadas ou acometidas de mal súbito e às portadoras de perturbações tais que possam ser tratadas ou medicadas por serviços e tratamentos hospitalares;
- b) servir de campo para instrução de estudantes de medicina, de médicos, enfermeiras e de outros técnicos e profissionais do campo hospitalar;
- c) proporcionar meios para o desenvolvimento da pesquisa científica;
- d) contribuir para a educação sanitária do povo;
- e) contribuir para a reabilitação dos incapacitados físicos e mentais. ”
MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (ARTIGAS, CASCALDI, CUNHA E ALMEIDA. 1956; pág.55-56)

Dadas as circunstâncias e considerando a possibilidade de futuramente haver a abertura de novos hospitais semelhantes ao planejado pela equipe, o Hospital Geral é proposto para atender todas as especialidades em um único local. A organização hospitalar era tanta, que fora determinado em memorial os números de leitos necessários, assim, considerando levantamentos baseados em uma comunidade e os seus fatores socioeconômicos, geográficos e outros, tendo em vista também a sua própria proposta para as unidades de vizinhança na Nova Capital. A equipe ansiava alcançar conforto aos futuros habitantes de Brasília, sem a extrema necessidade de industrialização. Dado o índice habitacional proposto de aproximadamente 600.000 habitantes e considerando os Centros e Subcentros de Saúde propostos, conclui-se a necessidade:

- “a) 3.850 leitos para hospitalização geral, neste tipo, estando incluídos leitos para medicina cirúrgica e suas especialidades, pediatria, obstetrícia, ginecologia, moléstias infectocontagiosas, moléstias mentais e tuberculose, estas duas últimas especialidades em suas formas agudas e passíveis de tratamento rápido;
- b) 700 leitos para convalescentes e casos de moléstias crônicas que necessitem permanentes cuidados médicos e de enfermagem;
- c) 2.100 leitos para moléstias mentais;
- d) com relação aos leitos para tuberculose, confessamo-nos incapacitados de propor qualquer coeficiente em virtude do estado atual em que se

encontra o tratamento da moléstia e também por não podermos prever qual será o índice de prevalência para tuberculose da população que irá constituir o novo núcleo. "MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (ARTIGAS, CASCALDI, CUNHA E ALMEIDA. 1956; pág.56-57)

Faz-se necessário comentar que na década de 1950, mesma em que a proposta fora entregue, a tuberculose ainda era um grande problema no país, mas somente a partir de 1960 o tratamento passou a ser clínico e não cirúrgico dentro de sanatórios.

Em análise feita através dos conceitos urbanos da proposta, concluiu-se que a melhor localização dos hospitais a zona periférica e rural da região, considerando que esta permitiria assistência hospitalar à toda a população. Assim, propôs-se que cada hospital geral necessitaria de uma área mínima de 25.000m², sendo o ideal 50.000m² e cada hospital voltado para tratamentos psíquicos necessitaria de uma área mínima de 500.000m², sendo o ideal de 1.000.000m². Aos pacientes com problemas crônicos e convalescentes, considerou-se locais tranquilos com vistas agradáveis, com isso, determinou-se áreas semelhantes aos hospitais gerais. Aos menores hospitais, integrados com as unidades sanitárias da zona rural, desconsiderou-se um estudo aprofundado de áreas, por seu pequeno porte.

Dado por finalizado os pontos chave para a questão hospitalar, porém ainda dentro de Saúde Pública, o segundo subtópico mais abordado é "higiene-saneamento". Para a determinação dos aspectos de abastecimento de água, considerou-se que o crescimento populacional aconteceria a cada 100.000 habitantes, até alcançar os 550.000 habitantes previstos. Sendo assim, determinou-se que para a primeira etapa de crescimento populacional, com 100.000 habitantes, poderiam "atribuir como média anual a quota de 250 litros/pessoa por dia" MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO (ARTIGAS, CASCALDI, CUNHA E ALMEIDA. 1956; pág.60), somando um total de 25.000.000 litros/dia (mais precisamente, 0,290 m³/seg). Para as etapas seguintes de crescimento, estipulou-se o critério do aumento de consumo per capita, correspondente a 10% da porcentagem da população a ser aumentada. Na questão de tratamento de águas, determinou-se uma área de 6ha para a implantação de uma estação localizada próxima a represa. A captação das águas seria através de "uma torre, localizada dentro da represa, com entrada de água em várias alturas, de modo a se poder equilibrar as diferenças nível no reservatório de acumulação, como ainda controlar a qualidade da água bruta para o tratamento" (ARTIGAS, CASCALDI, CUNHA E ALMEIDA. 1956; pág.60-61). A rede de esgotos foi planejada por gravidade, através de um coletor que conduziria todo o esgoto de águas cinzas até o reservatório de acumulação (uma área de 15ha).

Com a produção de resíduos sólidos, a medida sugerida foi a industrialização e transformações destes resíduos em matéria orgânica para fertilizantes. Estimou-se uma produção diária per capita de 1,0kg a 1,5kg, resultando em 10ton por dia. A área determinada para o tratamento dos resíduos sólidos é no Centro Geral de Abastecimentos, este localizado junto à estação ferroviária, facilitando assim o sistema de importação e exportação.

ESTUDO DE MEMORIAL: EDUCAÇÃO E CULTURA

A efetiva preocupação com o equilíbrio urbano e territorial dada neste memorial, pode também fazer parte de características imprescindíveis para uma conclusão cultural. Ações e atrações consideradas sadias para o bem coletivo se fazem presentes para manter intacta a pacificidade coletiva e urbana. Esses fatos são coerentes à distinção entre zonas de irradiação e as zonas coletivas no núcleo urbano e com isso, surge a necessidade, para os casos de educação e cultura, de partes essenciais no projeto: o Parque Nacional e a vida coletiva nas unidades de vizinhança na cidade, propriamente dita. Novamente, ressalta-se o valor da coletividade e do convívio diário na vida urbana.

O planejamento do Parque Nacional tem parte de seu objetivo abrigar as instituições culturais e educativas de grande porte. A localização próxima a represa foi intencionalmente determinada considerando o fácil acesso de toda a população e claramente, chama a atenção para as diversas atividades culturais ali exercidas. Ainda na questão cultural, e considerando que a antiga capital federal Rio de Janeiro era palco da vida artística intelectual, as instituições de apoio a Arte, como museus e a própria Escola de Belas Artes continuariam dando todo suporte à cidade do Rio de Janeiro. Contudo, novas organizações surgiriam junto de novos museus e também o chamado Instituto de Arte Brasileira cumprindo a função dos estudos sistemáticos na formação artística, se baseando nos ideais do Ministério da Educação e Cultura. Sobre recreação em geral, planejou-se áreas verdes nas próprias unidades de vizinhança, além também de centros recreativos e locais de espetáculos. De maneira geral, pensando na amplitude da cidade, planejaram grandes praças e áreas verdes e arborizadas, além de estádios, clubes de esportes náuticos, um jardim zoológico, um jardim botânico, hotéis de turismo, parques de diversões e um grande centro esportivo.

A equipe constituiu um sistema educacional relacionado a distribuição das zonas residências e um curso totalmente adaptado para as diferentes populações de Brasília, mas que ainda assim respeitasse a Legislação Federal Educacional da época, para que pudessem criar um sistema educacional exclusivo de Brasília, mas que estivessem dentro dos limites. A rede escolar foi planejada para oferecer em cada unidade de vizinhança a educação desde os primeiros ciclos escolares até o ensino médio justamente para evitar problemas de acesso à educação. A justificativa dada para o planejamento do primeiro ciclo de ensino foi o problema das mães trabalhadoras, estas que passariam o dia fora de casa, mas que teriam a garantia de uma boa assistência escolar para seus filhos. Já a rede de ensino relacionada ao ensino médio foi prevista considerando a estrutura social das zonas, as ambições educacionais de cada classe social e também as necessidades de cada núcleo urbano. Dessa forma, considerando que a classe predominante na futura Brasília seria a média, dividiu-se o ensino médio em “ensino secundário” e “ginásio”. O sistema de ensino adotado na zona rural (uma região menos densa) considerou as dificuldades de instalação de uma rede escolar nesse tipo de zona, assim, oferecendo somente quando possível o ensino primário completo e em alguns casos, apenas a alfabetização básica.

ESTUDO DE MEMORIAL: HABITAÇÃO

O tema da Habitação não recebeu o mesmo destaque dado aos temas da Saúde Pública, Educação e Planejamento. Descrita em apenas 3 páginas, o assunto restringiu-se à aplicação do modelo de Unidade de Vizinhança⁴ e ao planejamento da vida coletiva como um todo.

As unidades de vizinhança foram projetadas em dois tipos: exclusivamente de edifícios em formato vertical, ou exclusivamente de casas isoladas. As casas possuem características específicas enquanto os edifícios apresentam maior regularidade. Os edifícios de apartamentos podem ou não abrigar dentro de si, parte dos serviços, ajustando-se dessa forma à todas as necessidades e também colaborando para a melhoria no convívio social nos edifícios, propriamente ditos. As unidades de vizinhança foram planejadas para as pessoas que teriam a maior parte de seus dias ali dentro, ou seja, crianças e mulheres sem trabalhos remunerados. Dentro dessas unidades, aconteceriam diversas atividades e agregariam equipamentos voltados para educação, saúde e recreação. Deve-se ressaltar que existe uma grande funcionalidade no traçado, que facilita o contato e a proximidade entre as pessoas residentes, assim, torna-se mais clara a melhoria no convívio social, desde sempre tão estimada por Artigas. Assim, as unidades de vizinhança não são caracterizadas somente pela reunião de variadas atividades, mas sim, pela aproximação das famílias e também pela formação de diversos grupos sociais, desde clubes, grupos de adolescentes, clubes de artes visuais e cênicas, organizações femininas, entre outras. A vida comunitária idealizada neste projeto tem suma importância e expressa o pensamento e a preocupação do autor com o convívio coletivo. O autor, através das estruturas espaciais, estimula a formação de grupos de atividades que seriam favoráveis à vida saudável da comunidade.

A funcionalidade existente dentro das unidades de vizinhança tem como consequência a redução das distâncias (assim, todas as atividades podem ser facilmente acessadas a pé), o traçado de vias de pequeno tráfego (V3 e V4) e a disposição dos lotes, e com isso, a questão de convívio social sempre foi priorizada. Dessa forma, os habitantes das unidades de vizinhança localizadas próximo a zona industrial, zona militar e centro de abastecimento podem facilmente acessar seus locais de trabalho a pé, pelo contrário das outras unidades que necessitam de um automóvel ou transporte público para praticidade na locomoção. Ficou claro que o sistema de transporte público a ser implantado neste projeto (rodoviário e ferroviário), pode facilmente relacionar todas as partes da cidade, facilitando o cruzamento por entre vias de tráfego geral e conectando uma unidade de vizinhança a todas as outras.

⁴ Nota-se que há uma familiaridade com o modelo Radburn (1928), principalmente no anseio pela escala suburbana e a vida comunitária. O modelo de Clarence Stein, foi projetado com moradias e atividades como escolas, playgrounds que podem ser facilmente acessados a pé. Dessa forma, não apresentam indústrias ou atividades agrícolas em seu cotidiano, apenas atividades compatíveis a vida comum. Com a Brasília de Artigas não foi diferente, mantinha-se certo clima intimista entre as habitações e seus elementos, caracterizando o convívio social. Apesar de o termo não ser utilizado no Edital do concurso, a equipe ainda sim o utiliza no Memorial. Pode-se dizer que havia certa necessidade de implantar unidades de vizinhança na Nova Capital, já que este mesmo conceito foi aplicado também em outras propostas.

Do ponto de vista da tipologia não se observa uma distinção de renda, esta é apresentada com mais importância apenas na localização. Ou seja, há um certo padrão estrutural das unidades de vizinhança que não está relacionado com as classes sociais existentes na cidade. Nas unidades de vizinhança destinadas às famílias de alta renda, residem burocratas do governo, como ministros, desembargadores e outros cargos públicos de alta importância ao governo. Dentro de cada unidade, alocou-se um Centro Cívico da Comunidade, estes que fariam a relação direta entre a população e as instituições urbanas (centro policial, bombeiros, presídios e etc.) e dessa forma, a cidade é administrada.

Apesar da importância dada ao conceito de unidade de vizinhança para estimular a coesão social nota-se a preocupação do autor para preservar também os ideais de uma “cidade progressista”, isto é, aquela que permite a convivência entre classes e sem nenhum tipo de preconceito, colaborando assim para a formação de um clima de união entre as classes sociais existentes.

Do ponto de vista da organização setorial da cidade, a Brasília de Artigas baseia-se em uma divisão socioeconômica do espaço. A intenção principal, é fazer com que nas comunidades próximas ao Centro Cívico residam as famílias de maiores posses e nas comunidades próximas às regiões industriais residam as famílias de baixa renda, de qualquer forma, haja visto a necessidade de que pessoas trabalhem dentro da comunidade em que residem, entretanto em edifícios diferentes. Tendo em vista sua preocupação com aqueles que trabalhariam nas zonas industriais, Artigas consolidou espacialmente as vilas operárias de produção, gerando assim uma autonomia aos trabalhadores que residiriam em habitações próximas ao local de trabalho. Dessa forma, considera-se o fato da existência de um zoneamento de classes sociais descrito nesse memorial, incluindo, claro, a burocracia estatal ligada às elites econômicas relacionadas ao Estado. A análise da proposta permite sugerir que Artigas pensava em um sistema formalizado de classes ligado ao desenvolvimento econômico em que a industrialização teria um papel significativamente relevante. A proposta é compatível ao *etapismo* adotado pelo Partido Comunista Brasileiro, que consistia na ideia de que seria necessário um desenvolvimento industrial sob o regime capitalista para alcançar, de fato, a famigerada Revolução Comunista que adotaria finalmente o comunismo estimado nessa Brasília projetada por Artigas. Ainda falando sobre o ideal de etapismo e trazendo à tona a discussão de desenvolvimentismo, cabe ressaltar que o zoneamento industrial e a nítida preocupação da equipe com as habitações industriais colaborariam para o desenvolvimento estratégico do país através de suas próprias forças produtivas que gerariam seu próprio capital através da industrialização com maquinários.

FUNDAMENTOS DE UMA BRASÍLIA COMUNISTA

Nota-se que o plano se baseia em uma visão integrada entre cidade e região e em uma relação entre desenvolvimento econômico e urbanização, enfatizando o Estado em sua função social de promotor de políticas públicas. A equipe destinou grande parte do memorial para a preocupação com a Saúde Pública e Educação, sendo assim, o plano apresenta uma lúcida interpretação do desafio do Estado Brasileiro no desenvolvimento urbano territorial, afastando-se da premissa da cidade moderna associada ao urbanismo funcionalista de Le Corbusier. O impacto que Brasília causaria em todo o Planalto Central foi

considerado desde o início do projeto para que todo o planejamento territorial e distribuição urbana pudessem, de fato, ser efetivados como parte de um planejamento sistêmico.

Considerando a sistematização dos setores planejados, onde campo e cidade estão diretamente relacionados à cultura, economia e espaço burocrático, a Brasília planejada por Artigas e equipe apresentaria resultados suficientemente capazes de compatibilizar a estrutura territorial no núcleo urbano da cidade administrativa e de sua população. A preocupação com a coletividade e o equilíbrio urbano é perceptível na maior parte do memorial. Seria essa a confirmação da inserção de um ideal político de Artigas e sua equipe em um projeto de cidade administrativa no contexto do nacional desenvolvimentismo brasileiro? E como o embasamento político do Comunismo de Artigas se fez presente durante o planejamento da Nova Capital Federal?

REFERÊNCIAS

ARTIGAS, João Batista Vilanova. “A arte dos Loucos”. *Fundamentos*, São Paulo, n.20, pp.22-24, jul.1951.

_____. “Açúcar, álcool e borracha sintética”. *Fundamentos*, São Paulo, n.28, pp.10-13, jun. 1952.

_____. *Caminhos da Arquitetura*. 2004. 4 ed. São Paulo: Editora Cosac Naify. 2004.

_____. “Os Caminhos da Arquitetura Moderna”. *Fundamentos*, São Paulo, n.24, pp.20-25, jan. 1952.

BELCHER, Donald J. et al. *Relatório técnico sobre a nova Capital da República*. Rio de Janeiro, DASP, 1956.

BISPO, Michelle Duarte. *Artigas em Revista (1947-1984)*. Tese de Mestrado da Universidade São Judas Tadeu. São Paulo 2017.

BRAGA, Milton. *O concurso de Brasília, os sete projetos premiados*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*, 2a edição, São Paulo: Ed. Perspectiva, 1991.

CASCALDI, Carlos; ARTIGAS, J.B. Vilanova; ALMEIDA, Paulo de Camargo e; CUNHA, Mário Wagner Vieira da. *Brasília: futura capital federal, plano piloto*. Relatório apresentado à comissão julgadora do concurso para o plano piloto da nova capital federal, São Paulo, 1957.

COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL. *Censo experimental de Brasília: População; Habitação*. Rio de Janeiro, IBGE, 1959.

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL DO BRASIL. **Nova Capital Federal. Considerações gerais sobre as Bases para seu Planejamento e Execução.** Rio de Janeiro, s/d. Projetos para Brasília Fontes 387 Parte IV

_____. **Relatório Técnico, 1a e 2a partes**, volume I e 1a parte, volume II, 1a parte, volume III, Rio de Janeiro, 1948.

_____. **Pareceres do Estado-Maior do Exército e do Estado Maior Geral sobre o problema da mudança da capital**, Rio de Janeiro, 1947.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL, **I Seminário de Estudos dos problemas urbanos de Brasília**, Brasília, Senado Federal, 1974

COSTA, Aline Moraes. **(Im)Possíveis Brasília – os projetos apresentados no concurso do plano piloto da nova capital federal.** Dissertação de Mestrado, UNICAMP-IFCH, Campinas, São Paulo, 2002.

CRULS, Luis. **Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil**, H. Lombarts & C., Rio de Janeiro, 1894.

TAVARES, Jeferson Cristiano, **Projetos para Brasília e a cultura urbanística nacional.** 2004. 558f. Dissertação de mestrado – Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, 2004.